



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS:

DESTAQUES (R\$ MM) 4T21	4T21	4T20	Δ %	2021	2020	Δ %
Margem Bruta	252	130	94%	800	502	59%
EBITDA	212	86	147%	723	404	79%
Resultado Financeiro	(18)	(9)	100%	(60)	(58)	3%
Lucro Líquido	147	48	206%	491	218	125%

Indicadores Financeiros de Dívida¹	2021	2020	Δ
Dívida Líquida²/EBITDA³	1,09	1,99	(0,9)
EBITDA/Resultado Financeiro³	12,12	7,01	5,1



Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
 ² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
 ³ EBITDA e Resultados Financeiros de 12 meses
 • Margem bruta de R\$ 252 milhões no 4T21 (+94% vs. 4T20) e de R\$ 800 milhões em 2021 (+59% vs. 2020);
 • EBITDA de R\$ 212 milhões no 4T21 (+147% vs. 4T20) e de R\$ 723 milhões em 2021 (+79% vs. 2020);
 • Lucro Líquido de R\$ 147 milhões no 4T21 (+206% vs. 4T20) e de R\$ 491 milhões em 2021 (+125% vs. 2020).
 • Geração de 700 GWh no 4T21, redução de 32% vs. 4T20, devido à menor quantidade de dias de operação em razão da maior restrição de gás. Já no ano a geração foi de 3.194 GWh no 2021, maior em 34% vs. 2020 pela maior quantidade de dias de operação, reflexo da crise hídrica do país.
 • Em 21 de dezembro de 2021, com muito orgulho, a Termopernambuco foi uma das vencedoras do primeiro Leilão de Reserva de Capacidade. No leilão foi vendida toda a capacidade disponível da usina, ao preço da potência R\$ 487.412,70 MW/ano, com início de fornecimento em 1º de julho de 2026, assegurando a receita fixa de potência de R\$ 207 milhões por ano. O contrato tem vigência de 15 anos.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados,
 É com satisfação que anunciamos os resultados de 2021, mais um ano desafiador, ainda sentindo os efeitos da pandemia de Covid-19, além da crise hídrica.
 O EBITDA de Termopernambuco no ano cresceu 79% em relação a 2020, enquanto o lucro líquido alcançou R\$ 491 milhões, 125% superior ao verificado no ano anterior. Além disso, encerramos o ano com uma geração bruta de energia 34% superior a 2020, uma vez que a planta esteve 76% despatchada em virtude da crise hidrológica do país. Em 2021 alcançou 95,2% de disponibilidade acumulada, um novo recorde histórico em um ano onde as termelétricas foram de suma importância na contenção da crise elétrica que o país atravessou.
 Vale destacar que em 21 de dezembro de 2021, com muito orgulho, a Termopernambuco foi uma das vencedoras do primeiro Leilão de Reserva de Capacidade, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No leilão foi vendida toda a capacidade disponível da usina, de 498 MW, ao preço da potência R\$ 487.412,70 MW/ano, com início de fornecimento em 1º de julho de 2026, assegurando a receita fixa de potência de R\$ 207 milhões por ano. O contrato tem vigência de 15 anos.
 Os resultados aqui apresentados são frutos de um trabalho iniciado há muitos anos e que possibilitou preparar e adaptar a Termopernambuco às necessidades atuais impostas pelo sistema elétrico brasileiro, entregando confiabilidade e flexibilidade operativa. Com investimentos, muito esforço e planejamento de um time engajado nos resultados da empresa, demonstramos, mais uma vez, o compromisso de criação de valor para nossos acionistas. Celebramos o final de um ano de conquistas e o início de um novo ano de desafios.
 David Benavent del Prado
 Diretor-Presidente da Termopernambuco

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Termopernambuco S.A. é uma companhia de capital aberto com 100% de participação da Neoenergia S.A., oriunda de responsabilidade definida no edital de privatização da Neoenergia Pernambuco, após o Grupo Neoenergia ter vencido o leilão em 2000. A usina termelétrica e a correspondente linha de transmissão estão localizadas no Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco e utiliza como combustível o gás natural.
 Em 15 de maio de 2004 foi iniciada a operação comercial da UTE Termopernambuco, conforme Despacho ANEEL nº 398 de 12.05.2004. Desde essa data, a UTE vem contribuindo para aumentar a confiabilidade e a segurança da operação, especialmente na região Nordeste, integrando sua capacidade instalada de 532,76 MW ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

As projeções para a economia, no início de 2021, soavam promissoras, após o duro choque econômico decorrente da pandemia de Covid-19 no ano de 2020. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2020, a projeção, para 2021, era de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,32% (dentro da meta de 3,75%). Taxa Selic a 3,0% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%. Tal otimismo era justificado pela expectativa da retomada econômica e pela descoberta no final de 2020, de vacinas contra a Covid-19. Entretanto, o que se viu foi um ano mais desafiador do que o esperado, em especial pela 2ª onda de Covid-19 que atingiu o país ainda no primeiro semestre e pelo próprio programa de imunização da população, que levou alguns meses para ganhar tração.
 Os temores em relação ao cenário fiscal, aliados a pior se no Brasil em 91 anos, pressionaram os custos de operação do setor elétrico como um todo.
 Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%. Como medida para conter a alta da inflação, a Taxa Selic, que caiu até a mínima histórica de 2,0% em 2020, foi a 9,25%, ano final de 2021. Quanto ao PIB, a economia encerra 2021 com perspectiva de crescimento de 4,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), impulsionado pelos setores da indústria e serviço.
 No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combater a pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Leilão de Reserva de Capacidade – dez/21
 O leilão, realizado em 21 de dezembro de 2021, objetivou a contratação de potência e energia elétrica associada provenientes de usinas termelétricas novas e existentes, com início de suprimento em 2026 e 2027. O objetivo era negociar dois produtos: Energia e Potência. Todos os contratos decorrentes do leilão terão vigência de 15 anos. Para o produto Energia, serão firmados contratos de comercialização de energia no Ambiente Regulado - caso as compradoras sejam distribuidoras - e no Ambiente Livre - se a aquisição atender consumidores livres, auto-produtores, agentes comercializadores de energia elétrica, agentes varejistas e os geradores participantes na condição de compradores. A UTE Termopernambuco foi uma das vencedoras do Leilão e foi vendida toda sua capacidade disponível, de 498 MW, ao preço da potência R\$ 487.412,70 MW/ano, com início de fornecimento em 1º de julho de 2026, assegurando a receita fixa de potência de R\$ 207 milhões por ano. O contrato tem vigência de 15 anos.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Termopernambuco trabalha com a tecnologia de ciclo combinado de modo a obter um melhor rendimento na sua produção e, em paralelo, minimizar o impacto no meio ambiente.
 A usina é constituída por dois grupos geradores movidos a gás natural, acoplados a duas caldeiras de recuperação de calor, que produzem o vapor utilizado para mover o grupo gerador a vapor, além dos sistemas auxiliares. A condensação do vapor é realizada por meio de um circuito aberto de refrigeração com um sistema de captação e bombeamento de água do mar e sua posterior devolução por meio de um emissário de 800 m de extensão. Esse conjunto formado pelas três turbinas tem capacidade instalada de 532,76 MW médios.
 A Termopernambuco é uma térmica inserida no PPT (Programa Prioritário de Térmicas), trazendo com isso a possibilidade de realização de contratos de compra de energia bilaterais. Nesse contexto a Termopernambuco tem PPAs com Neoenergia Coelba (65MW) e Neoenergia Pernambuco (390MW), com duração até 2024, que garantem a receita da usina. Adicionalmente, conforme acima citado, a Termopernambuco, sagrou-se vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade em dezembro de 2021, onde foi vendida toda sua capacidade disponível com início de fornecimento em 1º de julho de 2026 com vigência de 15 anos (até 30 de junho de 2041).
 No 4T21 houve uma geração de energia 31,97% inferior ao mesmo período de 2020, atingindo 700 GWh (vs. 1.029 GWh no 4T20). Essa variação é explicada pela menor quantidade de dias de operação no 4T21 vs. 4T20. No 4T21 foram 31 dias de parada por restrição de gás pelo fornecedor, ao passo que no 4T20 foram 9 dias de parada.
 Em 2021 houve uma geração de energia 33,92% superior à registrada em 2020, chegando a 3.194 GWh (vs. 2.385 GWh em 2020). Esse aumento se deve à maior quantidade de dias em operação em 2021, quando a planta ficou parada por 114 dias, sendo 88 dias por falta de fornecimento de gás, 14 para manutenção e 12 por não ter sido despachada, enquanto em 2020 a planta ficou 175 dias sem operar.
 Importante frisar que o efeito das paradas no resultado da Companhia é minimizado pela compra de energia a preços inferiores ao custo variável unitário, para suprir seus contratos de venda.

Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão	
					Autorização	Vencimento
100,00%	PE	Suape - Ipojuca	532,76	504,1	18/12/2000	18/12/2030

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE (R\$ MM)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	411	316	95	30%	1503	1140	363	32%
Custos Com Energia	(159)	(187)	28	(15%)	(703)	(638)	(65)	10%
MARGEM BRUTA	252	130	122	94%	800	502	298	59%
Despesas Operacionais	(52)	(51)	(1)	2%	(171)	(132)	(39)	30%
Eq. Patrimonial	12	7	5	71%	93	34	59	174%
EBITDA	212	86	126	147%	723	404	319	79%
Depreciação	(17)	(16)	(1)	6%	(63)	(59)	(4)	7%
Amort. Ágio	(8)	(8)	0	-	(31)	(31)	0	-
Resultado Financeiro	(18)	(9)	(9)	100%	(60)	(58)	(2)	3%
IR/CS	(21)	(5)	(16)	320%	(78)	(37)	(41)	111%
LCURO LÍQUIDO	147	48	99	206%	491	218	273	125%

A margem bruta no 4T21 foi de R\$ 252 milhões, +94% acima do 4T20. No acumulado, a margem bruta atingiu R\$ 800 milhões, 59% acima do registrado em 2020.

No 4T21 as despesas operacionais atingiram R\$ 52 milhões, em linha com 4T20. Em 2021, essas despesas chegaram a R\$ 171 milhões (+30% vs. 2020) devido, principalmente, pela maior quantidade de dias que a usina gerou energia em 2021 e ao reajuste dos contratos de O&M, que são dolarizados.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T21, foi de R\$ 212 milhões, 147% acima do registrado no 4T20. No ano, o EBITDA foi de R\$ 723 milhões, 79% acima do reportado em 2020.

Já o lucro líquido foi de R\$ 147 milhões no 4T21, uma variação positiva de 206% em relação ao 4T20. Em 2021, o lucro líquido apresentou um incremento de 125% em relação a 2020, atingindo R\$ 491 milhões.

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

EBITDA (R\$ milhões)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	147	48	99	206%	491	218	273	125%
Despesas financeiras (B)	(31)	(24)	(7)	29%	(100)	(96)	(4)	4%
Receitas financeiras (C)	11	1	10	1000%	20	7	13	186%
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	1	14	(13)	(93%)	20	31	(11)	(35%)
Imposto de renda e contribuição social (D)	(21)	(5)	(16)	320%	(78)	(37)	(41)	111%
Depreciação e Amortização (F)	(18)	(17)	(1)	6%	(63)	(60)	(3)	5%
Amort. Ágio (G)	(8)	(8)	-	-	(31)	(31)	-	-
EBITDA = (A - (B + C + D + E + G))	212	86	126	147%	723	404	319	79%

7. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro Líquido	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	2,0	1,4	0,6	42,9%	6,6	7,6	(1,0)	(13,2%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(21,2)	(1,8)	(19,4)	1077,8%	(45,1)	(25,5)	(19,6)	76,9%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	0,7	(8,2)	8,9	-108,5%	(21,1)	(39,7)	18,6	(46,9%)
Variações monetárias e cambiais - outros	0,6	(0,2)	0,8	-400,0%	(0,4)	(3,9)	3,5	(89,7%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(0,0)	(0,0)	-	-	(0,0)	0,1	(0,1)	(100,0%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	0,1	(8,0)	8,1	-101,3%	(20,7)	(35,9)	15,2	(42,3%)
Total	(18,5)	(8,6)	(9,9)	115,1%	(59,6)	(57,6)	(2,0)	3,5%

No 4T21 o resultado financeiro foi de -R\$ 18,5 milhões, R\$ 9,9 milhões abaixo do que o registrado no 4T20. Já no acumulado de 2021 foi -R\$ 59,6 milhões, R\$ 2 milhões abaixo de 2020. As variações são explicadas pelo aumento do CDI no ano, resultando em maiores encargos de dívida, já que este é o indexador de 100% da dívida da Companhia.

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos anos:

Índices	2021	2020	Δ
CDI	4,42%	2,76%	1,66 p.p.
TJLP	4,80%	4,87%	(0,07 p.p.)
USD¹	0,3838	1,1660	(0,78)
IPCA²	10,25%	4,24%	6,01 p.p.

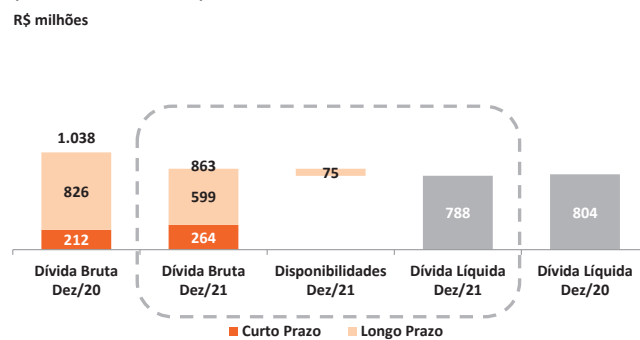
Nota 1: variação cambial entre 31/12/2020 a 31/12/2021.
 Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

8. INVESTIMENTOS

A Termopernambuco realizou investimentos no montante de R\$ 29,9 milhões no 4T21, 113% superior ao realizado no 4T20, e de R\$ 82,8 milhões em 2021, 17% inferior ao verificado em 2020. A variação anual é explicada pela conclusão do projeto da planta, em novembro/2021.

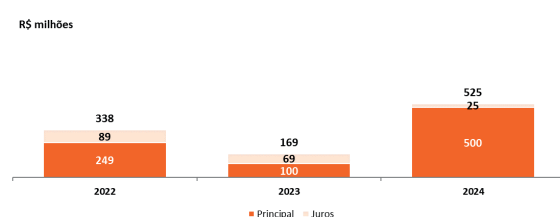
9. ENDIVIDAMENTO

9.1. Posição de Dívida
 Em dezembro de 2021, a dívida líquida incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 788 milhões (dívida bruta de R\$ 863 milhões), apresentando uma redução de 2% (R\$ 16 milhões) em relação a dezembro de 2020. A Companhia possui 69,4% da dívida contabilizada no longo prazo e 30,6% no curto prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico, a seguir, apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021.



10. RATING

Em 30 de março de 2021, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano. Nesta mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissão "brAA+" da Termopernambuco.

11. OUTROS TEMAS

11.1. Práticas de Gestão

11.1.1. Remuneração de Acionistas
 A Termopernambuco possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.
 Em 2021, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
 (i) Dividendos Adicionais, no montante de R\$ 121.152 mil, pagos em 05 de maio de 2021, deliberados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 06 de abril de 2021 e, no montante de R\$ 177.419 mil, pagos em 05 de novembro de 2021, deliberados na Reunião de Conselho de Administração realizada em 22 de outubro de 2021;
 (ii) Juros sobre Capital Próprio:
 - R\$ 19.690 mil, pagos em 26 de agosto de 2021, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2021;
 - R\$ 20.809 mil, com previsão de pagamento para até 31 de dezembro de 2022, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2021.
 A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2021 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022.

11.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.
 O Sistema de Governança Corporativa da Termopernambuco reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Termopernambuco.

O Sistema de Governança Corporativa configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por três representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Conselho Fiscal

Com função independente, quando instalado, é composto por no mínimo três e no máximo cinco membros titulares e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e se instala a pedido de acionistas, sempre que necessário. Atualmente, não há Conselho Fiscal instalado.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportar-las foram executadas da forma adequada.

11.1.3. Gestão de Pessoas

Acreditamos que as pessoas são elementos primordiais na realização dos negócios e ter colaboradores engajados e comprometidos com nossos resultados tem sido nosso foco permanente. E, após 2 anos de convivência impactada pela pandemia, fizemos dessa crença a forma de manter o elo com cada colaborador, para que ele permanecesse conectado com nosso ambiente, além de poder continuar evoluindo em seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Ao longo de 2021, o Grupo Neoenergia investiu R\$ 13 milhões em formação, na sua maioria ações online, uma vez que ainda foi um ano onde o distanciamento como prevenção à Covid se fez necessário. Esse investimento viabilizou a realização 1.127.253 horas de formação, ultrapassando em 41% o que realizamos no ano anterior.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 1737 eletricitistas, dos quais 1.175 foram contratados e fazem parte do nosso quadro de colaboradores – efetivamente, esse ano, inserimos 177 mulheres na posição de eletricitista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Ainda em 2021 com a integração da Neoenergia Brasília, além das Escolas da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Interior de SP, implementamos escola de eletricitistas no Distrito Federal.

Cibersegurança, Diversidade e Voluntariado, foram temas que também fizeram parte de nossa agenda. Para Cibersegurança, dedicamos 01 semana de atividades voltadas para discussão dos riscos e prevenção a ataques cibernéticos, compartilhando com nossos colaboradores o cuidado com a informação. Da mesma forma, trouxemos o tema de Diversidade para discussão, e em junho realizamos a Semana da Diversidade, para reforçar conceitos como Inclusão e Igualdade que queremos reforçar em nossa cultura, e reafirmamos o posicionamento da Neoenergia em prol da inclusão de gênero, raça, pessoas com deficiência. Hoje o grupo já tem compromissos concretos relativos à inclusão de mulheres em nossa operação e em posições de liderança. Para o tema Voluntariado, esse ano demos continuidade ao trabalho que contamos com mais de 1.500 voluntários, incluindo executivos que, com nossos colaboradores, atuaram diretamente em ações que beneficiaram mais de 40.000 pessoas, além do lançamento da escola de formação, do Instituto AMAR em NATL, RN, em parceria com o Projeto INVOLVE, projeto Global voltado para o fortalecer a cultura de voluntariado em todo o Grupo.

Gradativamente, em setembro iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em dezembro já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid. Para 2022, adotaremos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

O ano de 2021 foi de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades onde atuamos. Com essa mesma força e determinação seguiremos em 2022!

TERMOPERNAMBUCO S.A.

CNPJ nº 03.795.050/0001-09 | CVM nº 01985-2 | Companhia Aberta

sores são equipamentos de automação de rede e possuem dupla funcionalidade: são capazes de identificar defeitos na rede e reportá-los em tempo real para o Centro de Operações, além de registrarem medidores que são utilizados para o cálculo de perdas por trechos de alimentador. Por fim, em *open innovation*, a Neoenergia foi reconhecida como uma das empresas líderes em engajamento com startups, através do ranking Top 100 Open Corps, premiação criada pela 100 Open Startups. Foram diversos projetos com startups, para desafios como gestão de ativos, perdas, segurança, gestão de dados de parques eólicos, administração de equipes de campo e incidências em linhas de transmissão. 12.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 346 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 8 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Em 2021, o projeto integrou uma nova frente – a de assessoria - que apoiou o corpo gestor de 7 redes municipais, visando minimizar os impactos causados pela Covid-19, considerando o crescimento das desigualdades e defasagens de aprendizagem dos alunos. Em parceria com o Senai Bahia, foram oferecidas 1.100 vagas para um curso online, gratuito e autoinstrucional sobre noções básicas de eletricidade e segurança na construção civil. A iniciativa foi destinada aos profissionais autônomos das regiões das distribuidoras do Grupo que atuam na área. Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como (i) o Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte e Bahia, apoiando 25 projetos dirigidos, especialmente, para crianças e jovens em vulnerabilidade, assim como em ações voltadas para a salvaguarda e valorização de patrimônios culturais e a geração de trabalho e renda; (ii) a 1ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, da cidade do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense e estado de Pernambuco, e (iii) a Caravana Energia que Transforma, apoiando a capacitação de 348 gestores em 8 cursos e 27 organizações socioculturais nas imersões, dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além disso, o Instituto passou a integrar, como membro fundador, o maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil: o Resgatando a História, iniciativa idealizada pelo BNDES, que conta com a parceria de grandes empresas brasileiras.

12.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de conquistas e desafios únicos, o Instituto Neoenergia manteve seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, em melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os quatro pilares principais de trabalho, destacam-se algumas ações que promoveram a diferença durante o ano de 2021, em 11 estados brasileiros e mais de 140 municípios. Em Formação e Pesquisa, 346 professores e gestores escolares foram envolvidos em formações, criando práticas educativas, disponibilizadas em uma plataforma online, e sete redes municipais de educação receberam assessoramento para revisão de seus planos municipais de educação. Em Biodiversidade e Mudanças Climáticas, foram 1400 corais restaurados e 20 espécies de aves migratórias monitoradas. No pilar de Arte e Cultura, por sua vez, 348 gestores foram capacitados em oito cursos e 27 organizações socioculturais foram beneficiadas, incluindo outras ações relevantes em prol de um dos setores mais impactados pela pandemia. Nas iniciativas de Ação Social, foram distribuídas mais de 33 mil refeições, que integraram as quase 68 mil toneladas de alimentos doados pelo Instituto para mitigar os efeitos econômicos da pandemia na população mais vulnerável, além do desenvolvimento de programas e projetos voltados à capacitação do terceiro setor e seus atores.

A atuação do Instituto Neoenergia em 2021 reforça seu propósito e compromisso com os ODS, que marcam em cada iniciativa sua presença nesse cenário de responsabilidade social e transformação. Ao longo do ano, o Instituto manteve seu pioneirismo e atenção às necessidades do mundo e, para 2022, a missão continua.

12.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes, (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas, (iii) Recuperação de Energia, (iv) Qualidade e Confiabilidade e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2021, a Termopernambuco destinou R\$ 3.281.615,66 aos projetos de P&D, conforme elencados abaixo:

Corredor Verde - Criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN, contendo 12 estações de recarga em rodovia (50kW) e mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW). O projeto visa a avaliação de um novo modelo de negócio para as empresas do setor elétrico através da operação das estações de carregamento de veículos elétricos, além de trazer uma visão de escalabilidade da utilização dos veículos elétricos no Brasil.

Hidrogênio Verde - Desenvolvimento de solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para atendimento de demanda interna de resfriamento da Termopernambuco, aplicação em emilhadreira industrial e em mobilidade (abastecimento veicular).

Mobilidade Elétrica em Fernando de Noronha - O projeto visa desenvolver a Mobilidade Elétrica de forma sustentável na ilha de Fernando de Noronha, via soluções e modelos de negócio em atividades de turismo, serviços públicos e operações da administração da Neoenergia Pernambuco.

Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE) - que possibilitará a otimização da operação da usina Tubarão, no arquipélago de Fernando de Noronha, associando as diversas fontes de geração de energia (térmica + fotovoltaica) a um sistema de baterias de ion lítio.

Heliotérmico - Instalação de uma planta-piloto de geração heliotérmica, com geração de calor e fornecimento de energia, a ser conectada a um processo industrial, para validação da viabilidade técnico-econômica da tecnologia no Brasil.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Acompanha, em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a declaração emitida em contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), firmado em 30/06/2017 renovado em 26/05/2021, com vigência de 12 (doze) meses. Em 2021, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 199.019,87 referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais). A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a

independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

14. BALANÇO SOCIAL

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2021 será publicado até 15 de março de 2022 no site da companhia (www.neoenergia.com.br).

O desempenho da Neoenergia em aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança é divulgado anualmente desde 2004 e, a partir de 2010, passou a ser informado com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Desde 2020, o documento considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, assim como requisitos do Down Jones Sustainability Index (DJSI). E este ano, o relatório adiciona as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). A edição anterior, relativa ao ano de 2020, foi publicada em março de 2021.

15. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Termopernambuco apresenta os resultados do quarto trimestre (4T21) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo (R\$ mil)	2021		2020		Correspondência nas Notas Explicativas
	4T21	2021	4T20	2020	
(+) Receita líquida	411.239	1.503.310	316.455	1.140.218	Demonstrações de resultado
= RECEITA Operacional Líquida	411.239	1.503.310	316.455	1.140.218	
(+) Custos com energia elétrica	(32.702)	(159.458)	(48.512)	(201.288)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(126.633)	(543.875)	(138.024)	(436.747)	Nota 5
= Custo com Energia	(159.335)	(703.333)	(186.536)	(638.035)	
= MARGEM BRUTA	251.904	799.977	129.919	502.183	
(+) Custos de operação	(183.328)	(747.800)	(199.627)	(607.343)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(12.746)	(29.595)	(6.118)	(21.247)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	126.633	543.875	138.024	436.747	Nota 5
(-) Depreciação	17.044	62.989	17.035	59.359	Nota 5
= Despesa Operacional (PM50)	(52.397)	(170.531)	(50.686)	(132.484)	
(+) Equivalência Patrimonial	12.135	93.151	7.179	33.904	Demonstrações de resultado
EBITDA	211.642	722.597	86.412	403.603	
(+) Depreciação e amortização	(17.044)	(62.989)	(17.035)	(59.359)	Nota 5
(+) Amortização do ágio	(7.787)	(31.149)	(7.787)	(31.149)	Demonstrações de resultado
(+) Resultado Financeiro	(18.475)	(59.620)	(8.626)	(57.573)	Demonstrações de resultado
(-) IRR/CS	(21.007)	(77.960)	(5.368)	(37.104)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	147.329	490.879	47.596	218.418	

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Termopernambuco S.A., visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Termopernambuco e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Termopernambuco.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Termopernambuco sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com.br).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Nota	2021	2020
Receita operacional, líquida	3	1.503.310	1.140.218
Custos dos serviços		(907.258)	(808.631)
Custos com energia elétrica	4	(159.458)	(201.288)
Custos de operação	5	(747.800)	(607.343)
Lucro bruto		596.052	331.587
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(29.595)	(21.247)
Equivalência patrimonial	10	52.002	2.752
Lucro operacional		628.459	313.095
Resultado financeiro	6	(59.620)	(57.573)
Receitas financeiras		19.948	7.622
Despesas financeiras		(99.948)	(96.398)
Outros resultados financeiros, líquidos		20.380	31.203
Lucro antes dos tributos		568.839	255.522
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(77.960)	(37.104)
Corrente		(33.642)	(13.780)
Diferido		(44.318)	(23.324)
Lucro líquido do exercício		490.879	218.418
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	15.2	0,91	0,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	490.879	218.418
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(389)	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(389)	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(41.190)	198.881
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	12.837	(8.917)
Transferência de resultados realizados para o lucro líquido	3.822	(172.655)
Participação sobre hedge de fluxo de caixa da investida	(2.803)	3.189
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(27.334)	20.498
Resultado abrangente do exercício	463.156	238.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de Lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	539.570	44.429	60.953	30.643	140.438	121.152	29.769	-	966.954
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	490.879	490.879	966.954
Outros resultados abrangentes (nota 15.3)	-	-	-	-	-	-	(27.723)	(27.723)	966.954
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(121.152)	-	(121.152)	966.954
Destinações:									
Reserva legal (nota 15.5.1)	-	-	-	24.543	-	-	-	(24.543)	-
Reserva de incentivo fiscal (nota 15.5.2)	-	-	-	-	79.613	-	-	(79.613)	-
Juros sobre capital próprio (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	-	(40.499)	(40.499)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	-	(116.584)	(116.584)
Dividendos adicionais propostos (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	-	(229.640)	(60.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	539.570	44.429	60.953	55.186	220.051	121.152	2.046	-	1.091.040
Saldos em 31 de dezembro de 2019	539.570	44.429	60.953	19.722	102.184	92.231	9.271	-	868.360
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	218.418	218.418	868.360
Outros resultados abrangentes (nota 15.3)	-	-	-	-	-	-	20.498	20.498	868.360
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(92.230)	-	(92.230)	868.360
Destinações:									
Reserva legal (nota 15.5.1)	-	-	-	10.921	-	-	-	(10.921)	-
Reserva de incentivo fiscal (nota 15.5.2)	-	-	-	-	38.254	-	-	(38.254)	-
Juros sobre capital próprio (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	-	(38.538)	(38.538)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	-	(9.554)	(9.554)
Dividendos adicionais propostos (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	-	(121.151)	(121.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	539.570	44.429	60.953	30.643	140.438	121.152	29.769	-	966.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Termopernambuco S.A. ("Termoep" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pela Neoenergia S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Usina Termoeletrica se localiza na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco que tem, por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, projeção, construção e exploração de sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, dentre outros serviços correlatos. A Companhia mantém transações relevantes com empresas do Grupo Neoenergia e segue o plano de negócios da controladora final Neoenergia S.A. na condução de suas operações, onde sua receita de fornecimento de energia é integralmente oriunda de transações com as distribuidoras do grupo. Em 21 de dezembro de 2021, a Companhia participou o ganho do Leilão de Reserva de Capacidade, onde vendeu sua capacidade disponível de 498 MW, ao preço de potência R\$ 487.412,70/MW ano, com o início do fornecimento em 1º de julho de 2026, com vigência até 30 de junho de 2041 (15 anos), assegurando uma receita fixa anual de R\$ 207 milhões. A Resolução nº 533, que autorizou a Companhia a se estabelecer como Produtor Independente de Energia e implantar a usina Termopernambuco, tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 18/12/2030. Em decorrência do êxito no Leilão de Reserva de Capacidade de 2021, a Companhia irá instruir processo administrativo na ANEEL solicitando a prorrogação do prazo da outorga de autorização, com o objetivo de concatená-lo com a vigência do Contrato de Reserva de Capacidade (CRAP). A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 812 (R\$ 174.373 positivo em 31 de dezembro de 2020) e prevê que a geração de caixa adicional será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. 1.1. **Corona virus ("Covid-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). A Companhia não observou impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrente da COVID-19. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.2.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remunerem carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.1.1. **Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de câmbio e preço de commodities:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2021, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial são descritas no item 17.7. **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas no item 17.7. **Risco de Inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	74.804	234.196
Contas a receber de clientes e outros	9	271.980	249.518
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	65.096	80.094
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.1	16.087	9.951
Outros tributos a recuperar	59.620	12.940	18.362
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	16.792	4.769
Despesas pagas antecipadamente		29.187	28.247
Outros ativos circulantes		1.824	1.874
Total do circulante		488.710	627.011
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	-	68.143
Tributos sobre o lucro a recuperar		2.377	-
Outros tributos a recuperar	7.2.1	70.137	3.624
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	12.724	44.205
Depósitos judiciais	14	144	170
Outros ativos não circulantes	</		

TERMOPERNAMBUCO S.A.

CNPJ nº 03.795.050/0001-09 | CVM nº 01985-2 | Companhia Aberta

obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivo instrumentos derivativos (veja nota 13). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. **1.2.1.3. Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas, devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras em que as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Rating de longo prazo em escala nacional ¹	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA		AAA
Santander	Aaa		

¹ HSBC, Morgan Stanley e MUFG possuem rating apenas em escala global. **1.2.2. Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	Importância Seguradora
Riscos	Data da vigência	
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2021 a 31/05/2022	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2021 a 31/05/2022	100.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2021 a 31/05/2022	2.012.478
Veículos - Operacional	31/05/2021 a 31/05/2022	700
Veículos - Executivo	31/05/2021 a 31/05/2022	100% FIPE
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2021 a 15/06/2022	598

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 16 de fevereiro de 2022. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5 (a). **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
11	Imobilizado
14	Provisão para processos judiciais
17.5	Instrumentos financeiros derivativos

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados a operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Fornecimento de energia	1.817.732	1.469.932
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	111.877	65.830
Outras receitas	1.350	925
Receita operacional bruta	1.930.959	1.536.687
(-) Deduções da receita bruta	(427.649)	(396.469)
Receita operacional, líquida	1.503.310	1.140.218

3.1. Deduções de receita bruta

	2021	2020
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(402.199)	(326.693)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ⁽¹⁾	(8.667)	(56.903)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(41)	(27)
	(410.907)	(383.623)

Outros encargos ⁽²⁾	(16.742)	(12.846)
	(16.742)	(12.846)
	(427.649)	(396.469)

⁽¹⁾ Valor de pis e cofins de 2021 foi impactado pela receita gerada por conta da contabilização da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, vide nota 7.2.1.

⁽²⁾ Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e taxa de fiscalização serviço energia elétrica (ITFSEE).

3.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia pode vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos o valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). **b) Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravação, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2021	2020
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(54.517)	(65.233)
Energia curto prazo – PLD ⁽¹⁾	(61.847)	(95.713)
Outros	(403)	(410)
Subtotal	(116.767)	(161.356)
Créditos PIS e COFINS	48	(455)
Total	(116.719)	(161.811)

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão	(43.007)	(39.767)
Encargos de rede básica	(43.007)	(39.767)
Subtotal	(86.014)	(79.534)
Créditos de PIS e COFINS	268	290
Total	(85.746)	(79.244)
Total dos custos com energia elétrica	(159.458)	(201.288)

⁽¹⁾ Redução da necessidade de compra de energia no terceiro trimestre de 2021, devido a usina ter operado praticamente sem nenhuma parada.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021		
	Custos de operação	Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(298)	(19.903)	(20.201)
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(118.557)	(8.777)	(127.334)
Depreciação e amortização	(62.947)	(42)	(62.989)
Combustível para produção de energia ⁽¹⁾	(543.875)	-	(543.875)
Outras receitas e despesas, líquidas	(22.123)	(873)	(22.996)
Total	(747.800)	(29.595)	(777.395)

	2020		
	Custos de operação	Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	-	(18.080)	(18.080)
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(88.653)	(2.745)	(91.398)
Depreciação e amortização	(59.354)	(5)	(59.359)
Combustível para produção de energia ⁽¹⁾	(436.747)	-	(436.747)
Outras receitas e despesas, líquidas	(22.589)	(417)	(23.006)
Total	(607.343)	(21.247)	(628.590)

⁽¹⁾ O aumento dos custos de serviços de terceiros e de combustível para produção de energia, estão diretamente relacionados com a redução dos dias de parada da usina em 2021, quando comparado a 2020.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	6.642	7.595
(-) Tributos sobre receita financeira	(986)	(477)
Outras receitas financeiras ⁽¹⁾	14.292	504
	19.948	7.622

Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽²⁾	(65.941)	(60.557)
Fee de garantia ⁽³⁾	(13.937)	(14.624)
Outras despesas financeiras	(20.070)	(21.217)
	(99.948)	(96.398)

	2021	2020
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(61.935)	(116.536)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	43.139	48.810
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(50.291)	(58.670)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	89.892	161.489
Perdas com variações cambiais e monetárias	(425)	(3.890)
	20.380	31.203
	(59.620)	(57.573)

⁽¹⁾ Inclui o valor de R\$5.733, referente ao juros do mútuo concedido para a Neoenergia S.A e R\$7.919 de receita de atualização (selic) referente a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

⁽²⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação.

⁽³⁾ Refere-se à amortização da cobrança de fee, pelos avisos dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%) e, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	568.839	255.522
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(193.405)	(86.877)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	11.056	10.301
Incentivo fiscal SUDENE	81.077	38.254
Resultado de participações societárias	31.671	11.527
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	3.898	-
Outros adições (reversões) permanentes	(12.257)	(10.309)
Tributos sobre o lucro	(77.960)	(37.104)
Alíquota efetiva		
Corrente	14%	15%
Diferido	(33.642)	(13.780)
	(44.318)	(23.324)

7.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2021	2020
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	17.273	65.844
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL)	1.360	1.973
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	1.341	1.267
Arrendamentos capitalizados	1.037	201
Depreciação acelerada	(12.086)	(13.598)
Valor justo de instrumentos financeiros	(550)	(15.920)
Outros ⁽¹⁾	4.349	4.438
Total	12.724	44.205

Ativo não circulante

⁽¹⁾ Valores de outros, referem-se a: Provisão de fornecedores R\$ 3.791 (R\$ 4.016 em 31 de dezembro de 2020) e Provisão de PLR R\$ 558 (R\$ 422 em 31 de dezembro de 2020).

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.205	44.205
Efeitos reconhecidos no resultado	(44.318)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	12.837	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.724	12.724

Saldos em 31 de dezembro de 2019	76.446
Efeitos reconhecidos no resultado	(23.324)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(8.917)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.205

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2021	2020
Ativo fiscal diferido	12.724	44.205
Total	12.724	12.724

7.1.3. Tributos correntes ativos e passivos

	2021	2020
IRPJ	17.417	9.912
CSLL	1.047	39
Ativo	18.464	9.951

Circulante	16.087	9.951
Não circulante	2.377	-
	2021	2020
IRPJ	-	-
CSLL	2.975	353
Passivo	2.975	353

Circulante	2.975	353
------------	-------	-----

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui o montante de R\$ 104.298 e R\$ 100.270, respectivamente, referente a tributos sobre o lucro, de processos cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia. As naturezas das principais posições se referem a autuações da Receita Federal do Brasil relacionadas à cobrança de IRPJ/CSLL decorrente de glosas das despesas de amortização do ativo no processo de privatização/desverticalização do setor elétrico no montante de R\$ 79.513 (R\$ 77.443 em 31 de dezembro de 2020), e não homologação de crédito de saldo negativo de IRPJ e CSLL para os anos calendário de 2002 a 2013, no montante de R\$ 24.785 (R\$ 22.827 em 31 de dezembro de 2020).

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exigível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação

TERMOPERNAMBUCO S.A.

CNPJ nº 03.795.050/0001-09 | CVM nº 01985-2 | Companhia Aberta

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

13.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2021	2020
Empréstimos bancários	214.276	299.252
Mercado de capitais (debêntures)	712.288	886.751
Empréstimos e financiamentos¹⁾	926.564	1.186.003
(+) Instrumentos derivativos (nota 13.3)	(63.705)	(148.237)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(74.804)	(234.196)
Dívida líquida	788.055	803.570

⁽¹⁾ No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de transação vinculados às dívidas. **13.2. Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2021	2020
Dominados em R\$	715.577	892.705
Indexados a taxas flutuantes	715.577	892.705

	2021	2020
Dominados em US\$	214.276	299.252
Indexados a taxas fixas	214.276	299.252

	2021	2020
(-) Custos de transação	929.853	1.191.957
	(3.289)	(5.954)
	926.564	1.186.003

Passivo circulante	328.053	291.819
Passivo não circulante	598.511	894.184

Em 31 de Dezembro de 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2021	2020
Custo médio em % CDI ¹⁾	95,70%	88,80%
Custo médio em taxa pré	4,50%	2,40%
Saldo da dívida	926.564	1.186.003
Instrumentos financeiros derivativos	(63.705)	(148.237)
Dívida total líquida de derivativos	862.859	1.037.766

⁽¹⁾ A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida: Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio do endividamento da Companhia é de 1,69 anos. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ¹⁾	Juros ¹⁾	Instrumentos derivativos	Total
2022	322.866	85.126	(69.782)	338.210
2023	100.020	68.688	-	168.708
2024	500.000	25.354	-	525.354
Total	922.886	179.168	(69.782)	1.032.272

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de Dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de juros (ainda não provisionados), além dos juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	1.186.003	1.204.295
Efeito no fluxo de caixa:		
Amortizações de principal	(298.816)	(87.074)
Pagamento de encargos de dívida	(45.360)	(59.501)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	65.941	60.557
Variação cambial	18.796	67.726
Saldo final do exercício	926.564	1.186.003

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): Alguns contratos de dívida da Companhia contém cláusulas de covenants. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAIJDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre o resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros: Consolidado da controladora Neoenergia: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **e) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor capturado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. **13.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza swaps e contratos a termo com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 17.7. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial**

	2021	2020
Contratos para proteção de dívidas:		
Swap de moeda – US\$ vs R\$	62.137	87.037
Swap de taxas de juros – R\$	-	34.498
Contratos para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio – Produtos e serviços	1.568	26.702
Exposição líquida	63.705	148.237
Ativo circulante	65.096	80.094
Ativo não circulante	-	68.143
Passivo circulante	(1.381)	-
Passivo não circulante	(10)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Derivativos não designados para contabilidade de hedge		
Contratos para proteção de dívidas	-	34.498
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratos para proteção de dívidas	62.137	87.037
Contratos para proteção de outras operações	1.568	26.702
	63.705	148.237

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2021			2020		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	121.535	26.702	148.237	73.818	6.108	79.926
Ganho (perda) reconhecido no resultado	28.874	19.457	48.331	83.898	97.009	180.907
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	832	832	-	-	-
Liquidação financeira (entradas) saídas	(75.649)	(20.289)	(95.938)	(41.813)	(97.009)	(138.822)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(12.623)	(25.134)	(37.757)	5.631	20.595	26.226
Saldo final	62.137	1.568	63.705	121.534	26.703	148.237
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	20.796	20.796	-	92.631	92.631
Resultado financeiro, líquido	28.874	(1.339)	27.535	83.898	4.378	88.276

c) Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz, referente ao elemento SPOT da taxa de câmbio, reconhecido no patrimônio líquido. A mudança no valor justo do elemento futuro (forward points) da taxa de câmbio é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. A reserva de custos de *hedge* é amortizada sistematicamente no resultado, exceto quando o item protegido resultar no reconhecimento subsequente de um ativo imobilizado/intangível, quando o valor acumulado dessa reserva deve ser reconhecido dentro do custo inicial desse ativo. As variações no valor justos dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidos no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	67	154	2.728	2.949
Adições e reversões, líquido	6	(44)	-	(38)
Atualização monetárias	18	(55)	42	5
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91	55	2.770	2.916
Saldos em 31 de dezembro de 2019	61	402	2.681	3.145
Adições e reversões, líquido	-	(140)	-	(140)
Atualização monetárias	5	(108)	47	(56)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	67	154	2.728	2.949

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2021	2020
Processos cíveis	996	52
Processos trabalhistas	495	1.192
Processos fiscais	95.232	87.020
	96.723	88.264

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** Referem-se a ação de cobrança de taxa portuária e autos de infração CPRH, CRA, no montante de R\$ 996 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2020). Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados e ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m.. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se a suposta não retenção na fonte do imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 53.375 (R\$ 47.649 em 31 de dezembro de 2020), e outras discussões envolvendo tributos diversos, tais como, ICMS, PIS e COFINS no montante de R\$ 41.857 (R\$ 39.361 em 31 de dezembro de 2020). Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas nos montantes de R\$ 144 e R\$ 170, respectivamente. **d) Política contábil e julgamentos críticos:** (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados, já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamento críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social é de R\$ 539.570 correspondendo a 539.570.000 ações escrituradas, totalmente subscrito, integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas			R\$
	ON	ON%		
Neoenergia S.A.	539.570	100%		539.570
Total de ações em circulação	539.570	100%		539.570

15.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	490.879	218.418
Média ponderada de número ações em circulação	539.570	539.570
Lucro básico e diluído por ação	0,91	0,40

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	490.879	218.418
Reserva legal	(24.543)	(24.543)
Reserva de incentivo fiscal	(79.613)	(79.613)
Lucro líquido a distribuir	386.723	386.723
Remuneração		
Mínimo obrigatório	116.584	116.584
Remuneração adicional	270.139	270.139
	386.723	386.723

	2021	2020
Natureza da remuneração		
Dividendos	346.224	346.224
JCP	40.499	40.499
	386.723	386.723

Remuneração total por ação
Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital próprio e dividendos:

	Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação (R\$) ON
2021				
AGOE de 06 de abril de 2021		Dividendos	121.152	0,2245321983
RCA de 28 de junho de 2021		JCP	19.690	0,0364919998
RCA de 22 de outubro de 2021		Dividendos	177.419	0,3288171967
RCA de 15 de dezembro de 2021		JCP	20.809	0,0385658722
			339.070	
2020				
AGO de 17 de abril de 2020		Dividendos	92.230	0,1710903099
RCA de 22 de junho de 2020		JCP	20.402	0,0378466394
RCA de 10 de dezembro de 2020		JCP	18.136	0,0336119502
			130.768	

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2021	2020
Saldos iniciais	24.969	20.125
Dividendos e Juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	298.571	101.784
Juros sobre capital próprio declarados	40.499	38.538
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(6.075)	(5.781)
Dividendos pagos no exercício	(308.124)	(92.230)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(32.152)	(37.467)
Saldos finais	17.688	24.969

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. **15.3. Outros resultados abrangentes:** A Companhia tem por política contábil não impactar o lucro líquido do exercício com oscilações do valor justo de hedges de fluxo de caixa, portanto adotando a contabilidade de hedge. Isso implica em reconhecer tais impactos na rubrica "Outros Resultados Abrangentes" o efeito líquido dos impostos diferidos sobre tais itens. **15.4. Reserva de capital:** **15.4.1. Reserva especial de ágio:** Essa reserva representa a formação da reserva especial do limite de 20% do capital social. **15.4.2. Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **15.5. Reservas de lucros:** **15.5.1. Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **15.5.2. Incentivo fiscal imposto de renda - SUDENE:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. A Companhia apurou no exercício de 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 79.613 (R\$ 38.254 em 31 de dezembro de 2020) de incentivo fiscal SUDENE. **15.6. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos e (iii) compartilhamento de mão de obra. O Despacho Aneel de 29 de julho de 2020 aprovou a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020. Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu um aumento de custo de R\$ 3.505 (R\$ 1.784 em 31 de dezembro de 2020) no exercício. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **16.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	2021			2020				
	Subsidiárias da Neoenergia	Coligada	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Coligada	Acionista	Total
Ativo								
Contas a receber e outros (a) / (b)	271.788							

TERMOPERNAMBUCO S.A.

CNPJ nº 03.795.050/0001-09 | CVM nº 01985-2 | Companhia Aberta

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **17.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **17.6. Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. (iii) Instrumentos financeiros derivativos: A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização do desconto dos fluxos de caixa futuros das curvas do cupom cambial para a ponta ativa e do DI futuro para a ponta passiva, divulgadas pela B3. **17.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber / recebido ou a pagar/ pago
	2021	2020		2021	2020	
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 38.451	US\$ 57.668	2022	215.670	313.563	
Passivo	R\$ 152.485	R\$ 225.319		(153.533)	(226.524)	
Exposição líquida				62.137	87.037	(24.900)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurado a fluxo de caixa por meio de outros resultados abrangentes. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. Os programas a seguir não são designados para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber / recebido ou a pagar/ pago
	2021	2020		2021	2020	
Swap IPCA vs CDI						
Ativo	R\$ -	R\$ 87.653	2021	-	95.208	
Passivo	R\$ -	R\$ 60.605		-	(60.710)	
Exposição líquida				-	34.498	(34.498)

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber / recebido ou a pagar/ pago
	2021	2020		2021	2020	
NDF						
Desembolso USD Empresa						
Termo	US\$ 44.259	US\$ 37.385	2022	1.415	26.057	
Exposição líquida				1.415	26.057	(24.642)

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber / recebido ou a pagar/ pago
	2021	2020		2021	2020	
NDF						
Desembolso USD Empresa						
Termo de Venda	US\$ 4.777	-	2022	153	-	
Exposição líquida				153	-	153

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurado a fluxo de caixa por meio de outros resultados abrangentes. **Programa de hedge para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao Euro, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber / recebido ou a pagar/ pago
	2021	2020		2021	2020	
NDF						
Desembolso EUR Empresa						
Termo	-	€ 1.722	2021	-	645	
Exposição líquida				-	645	(645)

17.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros, derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros estimados, com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da Termopernambuco S.A. <i>Rio de Janeiro - RJ</i>	
Opinião	
Examinamos as demonstrações financeiras da Termopernambuco S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.	
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termopernambuco S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).	
Base para opinião	
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	
Principais assuntos de auditoria	
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.	
Mensuração dos Instrumentos financeiros derivativos	
Veja a Nota 13.3 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ágio sobre o processo de privatização/desverticalização do setor elétrico durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Tais processos tem montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 77.443 mil, cujo risco de perda foi avaliado pela Companhia e seus assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, e divulgações relacionadas aos passivos contingentes relacionados à dedutibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre a amortização de ágio nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos incluíram avaliação e recálculo, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, dos modelos elaborados pela Companhia para a determinação do valor justo dos derivativos e instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio do resultado, utilizando dados extraídos de fontes externas, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e análises a efetividade de Hedge Accounting. Circularização das instituições financeiras para conferências dos instrumentos derivativos contabilizados. Verificamos se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros a valor justo no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,5805	(214.259)	(53.563)	(107.128)
Swap Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar		215.670	53.917	107.834
Exposição Líquida				1.411	354	706

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar(US\$)	Alta do Dólar		(277.509)	68.422	136.843
NDF		Queda do Dólar	5,5805	277.509	(68.422)	(136.843)
Exposição Líquida				-	-	-

Em relação as NDFs apresentadas acima a exposição observada refere-se somente aos impactos relacionados ao instrumento financeiro derivativo. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício (Saldo/ Nocional)	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	74.253	6.132	(1.533)	(3.066)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	9,15%	(715.578)	(74.118)	(18.530)	(37.059)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	9,15%	(153.532)	(15.867)	(3.967)	(7.934)

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício (Saldo/ Nocional)	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Outros ativos financeiros							
Swap ponta ativa em ações	NEOE3	Queda da ação	17,25	45.279	2.625	11.320	22.639

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Hugo Renato Anacleto Nunes

Titulares
Oscar Fortis Pita
Rodolfo Fernandes da Rocha

DIRETORIA EXECUTIVA

David Benavent del Prado
Diretor Presidente

Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Financeiro e de RI

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-Nº 115915/O-3
Contadora
Luciana Maximiano Maia
Superintendente de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Termopernambuco S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.795.050/0001-09 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022.

Hugo Renato Anacleto Nunes
Presidente do Conselho

Oscar Fortis Pita
Conselheiro

Rodolfo Fernandes da Rocha
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **TERMOPERNAMBUCO S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 7º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.795.050/0001-09, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Termopernambuco, alusivas ao período findo em 31.12.2021; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Termopernambuco relativas ao período findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2022.

David Benavent del Prado
Diretor Presidente

Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Financeiro e de RI

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

